

## PLEBISCITO POPULAR DA VALE

# Mais de 3,5 milhões dizem não

Consulta ouviu 3.729.538 pessoas em 3.157 cidades brasileiras. 94,5% disseram "não" ao leilão fraudulento que privatizou a Vale do Rio Doce. Pág. 4



## Senges de PE, MG e RO elegem novas diretorias

É tempo de renovação nas diretorias dos Sindicatos dos Engenheiros de Rondônia, Minas Gerais e Pernambuco. Nos três estados foram articuladas chapas únicas.

Em Pernambuco, as eleições serão realizadas nos próximos dias 30 e 31 de outubro. Como candidatos à gestão 2008/2010 concorrerem os engenheiros Fernando

Rodrigues de Freitas (presidente), veterano profissional da Chesf, e Roberto Luiz de C. Freire (vice), vinculado à administração estadual.

Já em Minas, a chapa Unidade venceu o pleito dos dias 26, 27 e 28 de setembro, encabeçada por dois engenheiros eletricitistas: Nilo Sérgio Gomes, da Cemig, e Vicente de Paulo Trindade,

da Prodabel – presidente e vice, respectivamente.

Em Rondônia, a nova direção tomou posse em 21 de setembro. A chapa vencedora "Unir, Lutar e Vencer" foi composta por 38 membros, tendo como presidente o engenheiro agrônomo João Francisco dos Anjos e como vice José Ezequiel Ramos, presidente da gestão anterior.

## EDITORIAL

## Quem tem medo da reforma política?

Os escândalos no Congresso Nacional saltam das páginas das editoriais de política para as revistas de fofocas e programas de humor no ritmo de novelas de péssimo gosto. Teias e redes de intriga trançam e destrançam a vida republicana em um percurso cíclico de envergonhar até os que nunca primaram pela moral e os bons costumes.

O que ocorre hoje no Senado, com certeza, pode indignar todo um país, mas pode ser também, e exatamente por isso, a situação limite, o sinal necessário para apontar caminhos de um novo momento da nação brasileira.

A ausência de ética na política, o descrédito das instituições e a perda de controle da sociedade sobre seus representantes indicam que urge trabalhar por mudanças estruturais nas regras que determinam as relações políticas no país. São elas que garantem um regime efetivamente democrático e que conservam o Estado de Direito.

O que está em jogo é muito mais que o mero destino de um senador. É o processo de democratização que está ameaçado. Nosso sistema político, que clama por mudanças urgentes há décadas, agora agoniza frente a uma platéia perplexa e agitada por denúncias e acusações que alimentam o ciclo de intrigas e vergonhas, mas não garantem os avanços necessários.

Almas pequenas, interesses menores, articulações paroquiais, relações corrompidas entre os três poderes, currais eleitorais e todos os jogos de interesses privados, em detrimento do bem público, se unem contra a Reforma Política. É hora de virar o jogo, como muitos que já viramos em tantos anos de luta, e reunirmos todos os esforços para fazer valer a força dos movimentos sociais, o poder de uma sociedade organizada. A perplexidade deve dar lugar às ações organizadas e a um basta a todos os que têm medo de mudanças radicais e efetivas na política brasileira.

## Razões da desfiliação junto à CNPL

A última reunião do Conselho Deliberativo da Fisenge, realizada em agosto, aprovou a desfiliação da entidade junto à Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). A decisão foi motivada pelo entendimento de que a CNPL hoje é um espaço pouco democrático, que não permite a renovação de seus quadros.

A Fisenge participou do processo que culminou na eleição da diretoria da Confederação para a gestão 2005/2008. A expectativa era de que ainda fosse possível uma reviravolta nos rumos da entidade, com a eleição de novos quadros. Entretanto, o pleito apenas reafirmou a CNPL como um aparelho antidemocrático, controlado pelos contabilistas. Pode-se dizer, inclusive, que houve um retrocesso, pois a gestão anterior contava ain-

da com algumas entidades progressistas.

A filiação da Fisenge à CNPL se deu em 2004, quando estava para ser votada uma reforma sindical na qual era muito duvidosa a situação dos sindicatos de profissionais liberais. Nesse contexto, a Fisenge pretendia articular um conjunto de federações politicamente afinadas, no interior da CNPL, com o objetivo de encontrar uma saída. Essa articulação mostrou-se infrutífera e hoje a reforma sindical está sendo encaminhada ao Congresso em partes, sem ameaças aos sindicatos ditos diferenciados.

Vale dizer, por fim, que a CNPL é uma entidade sem efetividade política em termos de negociações, restringindo-se a organizar cursos e outras atividades de formação.

## 70 anos de Senge-BA, 60 de Senge-MG

No dia 27 de setembro, o Senge-BA completou 70 anos de compromisso com a engenharia e o Brasil. A data foi marcada por atividades como seminários, oficinas e lançamento das publicações da Fisenge – principalmente a cartilha “Entendendo o Saneamento Ambiental” – nas conferências municipais e estadual das Cidades, na Bahia, e na Expoconstrução, a maior feira de construção civil do nordeste. Já o Senge-MG completou 60 anos de lutas em 25 de agosto. O presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte homenageou a entidade com o diploma de honra ao mérito em reunião solene realizada no dia 20 de setembro, no plenário da Casa.

## FNSA cobra votação de Adins

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) que tratam da titularidade do saneamento básico nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro serão votadas até o início de novembro. Foi o que garantiu o ministro do STF Gilmar Mendes ao ser questionado pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes, no último dia 5 de setembro. A conversa se deu por telefone, durante audiência da Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA) com Fortes e

o novo secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski. Na ocasião, a FNSA entregou aos representantes do governo uma carta apoiando a regulamentação da Nova Lei de Saneamento Básico (11.445/07) e criticando o projeto de Lei Complementar nº. 48 de 2007, do Governo do Estado de São Paulo, que visa transformar a CSPE (Comissão de Serviços Públicos de Energia) em Agência Reguladora de Saneamento e Energia.

**fisenge**

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Olímpio Alves dos Santos - RJ - Presidente: Carlos Roberto Bittencourt - PR - Vice-presidente: Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - Diretor Tesoureiro: Antônio Dias Vieira - MG - Secretário Geral: Paulo Cesar N. Granja - RJ - Diretor de Rel. Sindicais: Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - Diretor Executivo: Ubiratan Félix Pereira dos Santos - BA - Diretor Executivo: Alméria Vitória Carniato - PB - Diretora Executiva: José Ezequiel Ramos - RO - Diretor Executivo  
Coordenadora de Comunicação: Tânia Coelho - Jornalista responsável: Bruno Zornitta, MTE 28.779/RJ  
Diagramação: Leonardo Santos - Tiragem: 2.000 exemplares; Impressão: Gráfica Falcão  
Fisenge: Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: [fisenge@fisenge.org.br](mailto:fisenge@fisenge.org.br) Site: [www.fisenge.org.br](http://www.fisenge.org.br)

# Aneel anula contrato entre Chesf e Ceará Steel

## Empresas aditaram contrato extinto em outubro de 2006

Com base em representação protocolada pela Fisenge junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tornou nulo o contrato de fornecimento de energia entre a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e a siderúrgica Ceará Steel, firmado em 2005. A posição da Aneel foi comunicada ao TCU no último dia 31 de julho, em ofício assinado pelo Gerente Executivo de Auditoria Interna Carlos Alves de Souza.

A nulidade do contrato foi declarada porque as empresas firmaram termo aditivo ao documento, que já havia caducado em outubro do ano passado. Dois aditamentos foram

firmados. O primeiro destes estabelecia que as obrigações da Ceará Steel deveriam ser cumpridas até 15 de outubro de 2006, sob pena de extinção do contrato. O segundo aditamento prorrogava esta data, mas foi firmado em 18 de abril deste ano, ou seja, seis meses após resolução de pleno direito do contrato.

O presidente da Fisenge, Olímpio Alves dos Santos, explica que a entidade denunciou o contrato porque os aditamentos foram feitos sem atualização dos preços da energia, o que indicaria favorecimento ao grupo que controla a Ceará Steel (Dongkuk, Danieli e CVRD). O preço fixado no contrato era de R\$ 81,80 por megawatt hora (MW/h), corrigidos anual-

mente pela variação do IGP-M. Hoje, a energia é negociada no mercado livre por até R\$ 140.

"A Fisenge não é contra a implantação da Ceará Steel, mas não podemos admitir que o setor público dê privilégios para uma empresa privada que vai produzir aço para exportação. Entendemos que esse tipo de subsídio para uma empresa multinacional significa transferir recursos do país para o

exterior", afirma Olímpio.

As empresas poderão ainda recorrer do parecer da área técnica da Aneel. Caso a interpretação sobre a caducidade do contrato seja mantida, a Chesf será obrigada a realizar nova licitação pública se quiser fornecer eletricidade à siderúrgica.

"O setor público não deve subsidiar multinacionais"

## CNE lançará campanha pelo fim da CCE-09

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) reuniu-se no dia 18 de setembro na sede da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), no Rio de Janeiro, para fazer um balanço das negociações deste ano e discutir questões pendentes do setor elétrico. Dentre essas questões está a Resolução CCE-09, publicada em 1996 pelo Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, que retirou direitos dos trabalhadores.

O CNE deliberou iniciar uma campanha pela extinção da CCE-09, que começou a ser articulada em reunião realizada no último dia 26, em Brasília. A campanha pretende realizar audiências públicas e fortalecer a articulação com parlamentares a fim de eliminar de vez a Resolução. "Apesar das flexibilizações sofridas ao longo dos anos, a CCE-09 ainda significa um atraso monumental, uma vergonha e um mal-estar a incomodar todos os eletri-

citários brasileiros", afirma Agamenon de Oliveira, presidente do Senge-RJ.

A participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das empresas foi outra antiga reivindicação debatida. O CNE demonstrou preocupação com o adiamento da discussão por parte das direções das empresas e a utilização das vagas nos Conselhos como moeda de troca em barganha política com o governo.

O balanço da campanha promovida para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT-2007/2008) foi positivo, mas os eletricitários ressaltaram a importância de investir mais na mobilização da categoria, para que o processo negocial não fique restrito à mesa de negociação. O CNE discutiu ainda a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) do próximo ano, assunto que será objeto de debate com o grupo Eletrobrás em reunião agendada para 24 de outubro, em Angra dos Reis.

## TV pública ameaçada

### Modelo de gestão compromete autonomia

A TV pública brasileira corre o risco de já nascer "chapa-branca". No dia 25 de setembro, em encontro das entidades representativas das emissoras do campo público, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) apresentou o modelo de gestão da nova empresa, que nascerá da fusão da Radiobrás e da TVE. Pela proposta, a diretoria-executiva e o conselho curador da TV pública serão indicados diretamente pelo presidente da república. Para piorar, Tereza Cruvinel, colunista do jornal O Globo e funcionária da família Marinho há 20 anos, foi anunciada presidente da entidade.

# Brasileiros querem retomar a Vale

## Fisenge e Senges apoiaram mobilização

mais de 3,5 milhões de pessoas votaram pela nulidade do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no plebiscito popular realizado pelos movimentos sociais entre os dias 1º e 7 de setembro. O resultado da consulta foi divulgado dia 8 de outubro, com atos de rua em diversos estados e uma coletiva de imprensa com a coordenação da campanha "A Vale é Nossa", em Brasília.

O plebiscito registrou 3.729.538 milhões de votos, 94,5% dos quais contrários ao controle privado da CVRD. Cerca de 2,5 milhões de pessoas também opinaram nas outras três questões do plebiscito: 92,1% se posicionaram contra o pagamento dos juros da dívida externa em detrimento de investimentos sociais, 93,7% votaram contra a exploração privada da energia elétrica e 93,4% se manifestaram contra uma Reforma da Previdência que retire direitos dos trabalhadores. A mobilização envolveu 101.452 voluntários em 3.157 cidades brasileiras.

Para Marcos Arruda, economista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), o plebiscito popular pode ser considerado vitorioso, tanto pela expressividade dos números quanto pelo caráter educativo da consulta. "O plebiscito pode ser visto como uma grande pesquisa de opinião. As pesquisas, em geral, ouvem no máximo três mil pessoas, enquanto o plebiscito deu voz a milhões. Além disso, estivemos debatendo com a população nas ruas, em palestras e programas de rádio e TV", afirma.

Arruda, que participou dos dois ple-

biscitos anteriores (da Alca, em 2002, e da dívida externa, em 2000), ressalta a necessidade de prosseguir com a mobilização pela retomada do controle da Vale. O economista explica que as próximas ações da campanha devem ser o acompanhamento das ações populares que tramitam na Justiça contra o leilão da CVRD e a pressão dos poderes públicos por uma auditoria interna da Companhia, a fim de comprovar os prejuízos causados ao país.

**Engenheiros na luta** – A Fisenge e os sindicatos de engenheiros apoiaram desde

o início essa iniciativa dos movimentos pela retomada do patrimônio nacional, com destaque para a participação dos engenheiros do Paraná. O Sengen-PR abrigou plenárias estaduais da cam-

panha e articulou a distribuição de centenas de urnas no estado. A mobilização foi especialmente forte junto aos estudantes secundaristas.

"Conseguimos mais de 15 mil votos em escolas estaduais de ensino médio. Distribuímos urnas em 167 escolas do estado, com ajuda da secretaria de educação. Também realizamos palestras para os estudantes da periferia, com foco na questão do imperialismo e do neoliberalismo", afirma Antonio Goulart, diretor do Sengen-PR e coordenador da campanha. Para Goulart, foi muito importante trabalhar com as quatro questões do plebiscito, pois o conteúdo político das perguntas tornou possível um amplo debate sobre a soberania nacional.



**PLEBISCITO POPULAR**



Em Brasília, uma jovem vota no plebiscito

## HISTÓRICO

A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997 pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O valor arrecadado no leilão foi R\$ 3,3 bilhões, embora seu valor estimado fosse de R\$ 92 bilhões. Um laudo técnico produzido pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) comprovou que as reservas da empresa foram subavaliadas no edital de venda. Dentre outras ilegalidades, o documento provou também que várias reservas da empresa não foram sequer computadas, como as de titânio, calcário, dolomito, fostato, estanho/cassiterita, granito, zinco, grafita e nióbio.

A justificativa apresentada pelo governo para a venda da Vale, assim como de outras estatais, era que o dinheiro arrecadado serviria para reduzir as dívidas interna e externa, o que se provou falso. Desde então, o dinheiro foi usado para pagamento de juros ao sistema financeiro e as dívidas aumentaram. Em 2005, o Tribunal Regional da Primeira Região, em Brasília (TRF-1) reabriu 69 ações populares que questionam o edital do leilão e a venda da Vale. As ações haviam sido julgadas sem mérito e agora aguardam apreciação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## PERGUNTAS DO PLEBISCITO

1. Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro – foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o Poder Judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?
2. O Governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?
3. Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?
4. Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores?